

PROGRAMA DE FORMAÇÃO INTERNA | 2023

Regime Geral da Prevenção da Corrupção



INTRODUÇÃO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro, foi criado o Mecanismo Nacional Anticorrupção que estabelece o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC).

Preceitua o n.º 1 do art.º 5.º do RGPC que o Município de Alijó deve implementar um programa de cumprimento normativo que inclui um programa de formação.

Nos termos do art.º 9.º deve ser assegurada a realização de programas de formação interna a todos os seus dirigentes e trabalhadores, com vista a que estes conheçam e compreendam as políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados.

Nesse sentido, desenvolveu-se o seguinte programa de formação interno para o ano de 2023.

TEMA	ÉTICA, CONDUTA, INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as noções e princípios - Ética e Conduta para as entidades de natureza pública; • Conhecer as regras e princípios do atual Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania; • Conhecer o quadro legal atual - Estratégia Nacional Anticorrupção e o Regime Geral De Prevenção da Corrupção • Noção de Incompatibilidade, impedimento, conflitos de interesses; • A Acumulação de funções- enquadramento legal; Ordem de serviço e formulários; • A Transparência Municipal – Enquadramento atual.
PÚBLICO-ALVO	Trabalhadores/as do Município, incluindo Dirigentes
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	<ul style="list-style-type: none"> • A Ética, a Conduta, a Integridade e a Transparência na gestão das organizações: • O rigor, a objetividade, a isenção e a transparência como pressupostos fundamentais da gestão e da ação das organizações;
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS NORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da República Portuguesa; • Carta Ética da Administração Pública; • Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; • Código do Trabalho; • Código Penal; • Mecanismo Nacional Anticorrupção – MENAC e Regime Geral de Prevenção da Corrupção.
DURAÇÃO	A definir
FORMADOR/A RESPONSÁVEL	A definir

TEMA	CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO MUNICÍPIO DE ALIJÓ
OBJETIVOS	Conhecer as regras e princípios do atual Código de Ética e Conduta, para promoção de uma cultura organizacional de integridade reforçada
PÚBLICO-ALVO	Trabalhadores/as do Município, incluindo Dirigentes
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	<ul style="list-style-type: none"> • A Ética, a Conduta, a Integridade e a Transparência na gestão das organizações: • O atual Código de Ética e Conduta
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS NORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da República Portuguesa; • Carta Ética da Administração Pública; • Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; • Código do Trabalho; • Código Penal; • Mecanismo Nacional Anticorrupção – MENAC e Regime Geral de Prevenção da Corrupção; • Código de Ética e Conduta do Município de Alijó
DURAÇÃO	A definir

FORMADOR/A RESPONSÁVEL	A definir
-------------------------------	-----------

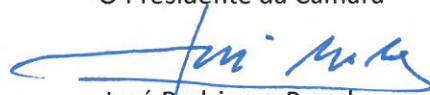
TEMA	REGIME GERAL DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a noção de “Corrupção e infrações conexas”- quadro legal atual; • Conhecer os tipos de Crimes no âmbito do exercício de funções de natureza pública, designadamente da corrupção, do peculato, do abuso de poder, da participação económica em negócio e do tráfico de influências, entre outros; • Conceber e executar estratégias e metodologias promotoras de maior integridade, designadamente através da adoção de códigos de Ética e de Conduta, de Manuais de Boas Práticas, bem como de instrumentos de mapeamento e prevenção de riscos de fraude, corrupção e outras infrações.
PÚBLICO-ALVO	Trabalhadores/as do Município, incluindo Dirigentes
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Noção de “Corrupção e infrações conexas”- enquadramento legal; • Tipos de Crimes no âmbito do exercício de funções de natureza pública, designadamente da corrupção, do peculato, do abuso de poder, da participação económica em negócio e do tráfico de influências, entre outros; • O Código Ética e Conduta do Município de Alijó; • O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas • Canais de Denúncia; • Transparência Municipal
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS NORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da República Portuguesa; • Carta Ética da Administração Pública; • Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; • Código do Trabalho; • Código Penal; • Mecanismo Nacional Anticorrupção – MENAC e Regime Geral de Prevenção da Corrupção; • Regime e Proteção de Denunciantes.
DURAÇÃO	A definir
FORMADOR/A RESPONSÁVEL	A definir

TEMA	TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO ADMINISTRATIVA
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as funções da transparência administrativa em Estado de direito; • Distinguir acesso à informação procedimental e à informação não procedimental; • Conhecer os âmbitos subjetivo e objetivo dos regimes de acesso à informação; • Identificar as restrições ao acesso à informação administrativa;

	<ul style="list-style-type: none"> • Dominar o procedimento administrativo de concessão e de recusa de concessão de acesso, com particular relevo para as garantias administrativas e jurisdicionais aplicáveis.
PÚBLICO-ALVO	Trabalhadores/as do Município, incluindo Dirigentes
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	<ul style="list-style-type: none"> • A Transparência Administrativa: <ul style="list-style-type: none"> – A transparência administrativa como questão de alocação de poder; – A expansão global da transparência administrativa; – As funções da transparência administrativa. • O Acesso à Informação Administrativa: <ul style="list-style-type: none"> – Os fundamentos constitucionais; – Um regime comum para o acesso à informação procedimental e o acesso à informação não procedimental; – Âmbito subjetivo: os sujeitos adstritos aos deveres de transparência administrativa; os titulares do direito de acesso à informação – Âmbito objetivo: o conceito de documento administrativo; deveres com projeção organizatória. – Restrições ao direito de acesso à informação e dever de ponderação: restrições baseadas em razões de interesse público; restrições baseadas em motivos de interesse privado. – O procedimento administrativo de acesso à informação administrativa: considerações gerais; os atos de deferimento de pedidos de acesso à informação administrativa e de concessão de acesso à informação administrativa; o ato de indeferimento de pedidos de acesso à informação administrativa. – As garantias dos particulares: garantias administrativas; em particular a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos; garantias jurisdicionais: a intimação para prestação de informação administrativa, consulta de documentos ou emissão de certidões; aspetos do regime sancionatório. – Balanço geral: sucessos e disfuncionalidades do sistema em vigor.
PRINCIPAIS REFERÊNCIAS NORMATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição da República Portuguesa; • Carta Ética da Administração Pública; • Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto (LADA); • Código do Procedimento Administrativo.
DURAÇÃO	A definir
FORMADOR/A RESPONSÁVEL	A definir

Paços do Município de Alijó, 27 de abril de 2023

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes